

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PAULO BALDASAR RUA DO SOL DA FALGUA, 57-27-267 TELEFONES 523418-47308 - LISBOA



Medidas de excepção em Angola

Um comunicado do Presidente da República de Angola dá a conhecer as medidas de excepção tomadas para a manutenção da ordem pública no país.

Américo Tomás em Espanha?

UMA VEZ mais o General Franco, em comunicado, dá a conhecer a sua posição sobre a possibilidade de Américo Tomás regressar a Espanha.

Estudantes de Direito substituem dirigentes

APÓS o seu desalojamento da Faculdade de Direito de Lisboa, os estudantes de Direito substituíram os dirigentes da Associação dos Estudantes de Direito de Lisboa.

Eleições na Ordem dos Advogados

OS ELEIÇÕES para a Assembleia Geral da Ordem dos Advogados de Portugal, realizadas em 15 de Novembro, tiveram lugar no Palácio da Justiça em Lisboa.

"Portugal Amoraçado" em Espanha

OS PORTUGUESES em Espanha, a quem se refere o termo "Portugal Amoraçado", manifestaram o seu apoio ao regime português.

Intervenção das Redacções na escolha dos Directores de jornais

A COMISSÃO Nacional de Defesa e de Luta da Imprensa de Portugal, criada em 1973, tem vindo a intervir na escolha dos directores de jornais.

Hoteleiros exigem saneamento

OS HOTELEIROS de Lisboa exigem o saneamento da indústria hoteleira portuguesa, devido ao estado de degradação em que se encontra.

Portugal em cores negras num relatório do embaixador italiano

UM RELATÓRIO enviado ao governo italiano pelo embaixador português em Roma, descreve a situação política e social em Portugal.

Um novo relatório enviado ao governo português pelo embaixador italiano em Lisboa, descreve a situação política e social em Portugal.

Empréstimo de reconstrução nacional

OS NEGOCIÁRIOS da Comissão Nacional de Reconstrução Nacional estão a preparar um empréstimo para a reconstrução do país.

Um novo empréstimo para a reconstrução nacional está a ser estudado pelo governo português.

Um novo empréstimo para a reconstrução nacional está a ser estudado pelo governo português.

Mesa Redonda Págs. 17, 18 e 19

Política externa Portuguesa

Gen. Fátima: "Portugal é um país de tradição democrática"

Pedro Correia: "Portugal é um país de tradição democrática"

Delegados do Banco de Portugal na banca privada

Reflectir com:

20 anos da Escola Freudiana de Paris em Congresso

Pág. IV do suplemento Expresso artes letras e ciências

A Grécia (com Karamanlis) rumo à "nova democracia"

ESTRELA DO NOROESTE da Grécia, a ilha de Corfu, é o ponto de partida para a "nova democracia" liderada por Karamanlis.

Um novo relatório enviado ao governo português pelo embaixador italiano em Lisboa, descreve a situação política e social em Portugal.



A descolonização de Cabo Verde ainda conhece entraves

ENQUANTO se Cabo Verde prepara para a descolonização, ainda existem entraves à sua independência.

Um novo relatório enviado ao governo português pelo embaixador italiano em Lisboa, descreve a situação política e social em Portugal.

Um novo relatório enviado ao governo português pelo embaixador italiano em Lisboa, descreve a situação política e social em Portugal.

Nuno Fortes no EXPRESSO: Um milhão de contos vão ser investidos pelo Estado em habitações

UMA VEZ mais o Estado português vai investir um milhão de contos em habitação social, segundo Nuno Fortes.

Um novo relatório enviado ao governo português pelo embaixador italiano em Lisboa, descreve a situação política e social em Portugal.

Um novo relatório enviado ao governo português pelo embaixador italiano em Lisboa, descreve a situação política e social em Portugal.

Audemars Piguet

Le plus prestigieux des horlogers



Medidas de excepção em Angola

COMUNICADO do Comando-Chefe de Angola, são decretadas medidas de excepção, com efeito para a possibilidade, dirigida às patrulhas militares, de abrirem fogo sem aviso prévio em os indivíduos encontrados em flagrante delicto de assalto à mão armada e fogo posto. O comunicado refere a eventualidade de medidas excepcionais mais graves poderem vir a ser adoptadas em breve.

Américo Tomás em Espanha?

CONSTA em círculos semi-oficiais bem informados que o ex-Presidente da República Américo Tomás vai, muito brevemente, fazer uma visita definitiva em Espanha.

Estudantes de Direito substituem dirigentes

DEPOIS DE demitir a Comissão Pró-Eleitoral, uma Reunião Geral de Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa elegeu um novo grupo de estudantes encarregados de encabeçar as actividades associativas até às eleições em Janeiro.

A reunião, que começou às 21 horas e 30 minutos, decorreu na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, que se mostrava cheia, tendo sido as decisões quanto à avaliação de embocamentos e à demissão da C.P.E. adoptadas por larga maioria.

A substituição aludida é encetada por observadores da actualidade universitária como seria derrota política da linha postulada pela "pró-UNEI" para o Movimento Estudantil, apresentada com o MDP-CIE.

Eleições na Ordem dos Advogados

DE ACORDO com o Decreto-Lei n.º 572/74, de 31/10, que altera o Estatuto Judiciário, as eleições para a Ordem dos Advogados deverão ser marcadas no entre 20 de Novembro e 20 de Dezembro, pelo bastonário em exercício. Dentro deste espaço de tempo decorrerá a campanha eleitoral. A apresentação de candidaturas deverá ser feita até ao próximo dia 20.

Entretanto já há três listas apresentadas, lideradas pelos drs. Mário Raposo, Eduardo Figueiredo e Guilherme da Palma Carlos, que serão, portanto, candidatos a bastonário.

Da lista encabeçada por Guilherme da Palma Carlos, damos, em primeira mão, os nomes dos advogados propostos para o cargo do Conselho Geral e do Conselho Superior da Ordem. Para o primeiro, candidatam-se os drs. Campos de Azevedo, Jorge Santos, José Manuel Galvão Teles, Lopes de Almeida, Luís de Azevedo, Luís Sáiz, Proença de Carvalho (todos de Lisboa), César Pinto de Almeida (Beja), Alberto Vilaga (Coimbra), Lino Lima (Famalicão) e Rodrigues de Freitas (Porto).

Para o Conselho Superior apresentam-se os drs. Atalide Ferreira, Carvalho e Oliveira, Indício Fladeiro, Joaquim Mestre, Jorge Sampaio, Luís Catarino, Manuel Durão, Pinto Gonçalves, Santos Ferro (todas de Lisboa), Joaquim da Costa Reis (Coimbra) e Vieira de Castro (Porto).

Guilherme da Palma Carlos dará uma Conferência de Imprensa no próximo dia 21, às 9,30 da manhã, na sede da Ordem dos Advogados.

"Portugal Amordaçado" em Espanha

FOI EDITADO, em Espanha, o livro de Mário Soares, "Portugal Amordaçado", pela editora Dopesa, de Sebastião Ager. Estranharão, certamente, os leitores, a surpresa de todas as passagens críticas sobre o Estado Espanhol, mormente as que se referem a Humberto Delgado.

Intervenção das Redacções na escolha dos Directores de jornais

A COMISSÃO encarregada de elaborar a Lei da Imprensa vai lutar a reunir-se para aprovar as críticas resultantes do projecto posto a discussão pública. O prof. Sousa Franco, como EX-PRESSO já anunciou, fez uma exposição em Conselho de Ministros, advogando a aprovação dos pontos fundamentais do projecto. Consta, entretanto, que o governo já teria aprovado a intervenção do Conselho de redacção na escolha do director dos jornais, bem como o alargamento das funções do mesmo conselho e a inexistência de medidas administrativas.

Espera-se que a Comissão finalize os trabalhos dentro de um mês.

Hoteleiros exigem saneamento

OS SINDICATOS da Indústria Hoteleira de Lisboa, Coimbra e Faro manifestaram-se, durante a tarde de ontem, pelo saneamento dos hotéis da Secretaria de Estado do Turismo.

A manifestação deste sindicato realizou-se de forma original: sedoamente invadiu os corredores do Palácio Fox procurando todos aqueles que constavam da sua lista de saneamento, a qual tinham juntado os nomes que lhes foram fornecidos — ao todo, pessoal do Ministério. Lista vir encontrada, estes deveriam acompanhá-lo ao pátio onde inicialmente aguardariam a chegada de entidades competentes que resolvessem o problema; posteriormente esta ideia modificou-se tendo a manifestação abandonado o Palácio Fox para se armar com entidades responsáveis do MFA.

Segundo os delegados sindicais, depois, com Saraiva de Carvalho, que usualmente encontraram à entrada daquele Ministério, bem como com o comandante Concção e Silva, com quem trocaram breves palavras e que lhes foram dito que o problema do saneamento era um problema que dizia respeito aos trabalhadores.

Entre os nomes indicados pelas direcções dos Sindicatos referidos encontra-se o de Adribal Calisto, subsecretário de Estado de Turismo e os nomes de Carlos Matias, Laura Brites, José Martins, de Carrascho, dr. Frazes, Helena Feres Marques, arq. Pinto e Silva, alguns destes nomes foram, como já referimos, indicados pela comissão de saneamento deste ministério.

A origem deste pedido de saneamento esteve, segundo declarações da direcção sindical de Lisboa e de um director da Federação dos Sindicatos, numa polémica que se levantou quanto à distribuição da taxa (15%) de serviço; foi solicitado à secretaria de Estado do Turismo um parecer acerca da forma como essa taxa deveria de ser distribuída o que levou a um aumento de remunerações que não se verificou.

Expresso

74-11-16

10

A política externa portuguesa

A POLÍTICA externa portuguesa está na ordem do dia. Não que a política interna deixe de continuar a justificar títulos de caixa alta. Mas as recentes deslocações de políticos portugueses aos quatro cantos do mundo, e a vinda até nós de personalidades estrangeiras conduzem a um repensamento da posição de Portugal no contexto geo-estratégico universal.

No dia 25 de Abril Portugal encontrava-se no hemisfério político americano. Laços políticos e económicos, da mais variada ordem, vinculavam Portugal às vicissitudes (e aos centros de decisão) do chamado bloco ocidental. Vinculação tanta mais submissa (e subserviente?) quanto era total o isolamento português relativamente ao Leste ao Terceiro Mundo.

A especificidade da revolução do 25 de Abril veio introduzir nesse pano de fundo factores diversos, e alguns entre si contraditórios.

O alargamento imediato das relações diplomáticas aos países socialistas, em relevo para a União Soviética foram um primeiro passo importante no sentido de desbloqueamento da nossa política externa.

A influência destes países, sobretudo a cultural, seria a demais acentuada pela série quase ininterrupta de visitas de delegações, grupos artísticos ou literários deles provenientes.

Também os nossos meios de informação (com particular relevo para a RTP) têm concedido um destaque acentuado a programas relativos à vida em alguns dos países socialistas.

Delegações sindicais da RDA e da URSS têm apoiado, de forma intensa e frutuosa, a Intersindical neste seu período de arranque.

Enumeram-se estes sinais do intercâmbio com Estados Socialistas para frisar o muito que Portugal tem podido beneficiar e com a sua presença diplomática, a que temos retribuído na medida das nossas modestas possibilidades.

Chefiando uma delegação governativa, Alvaro Cunhal esteve em Moscovo onde foi recebido por altas individualidades, designadamente importantes dirigentes do PC da URSS, Conceição e Silva que ia integrado na delegação pode prolongar a sua estadia e reforçar laços oficiais da maior importância. E inúmeras deputações culturais e económicas portuguesas têm visitado vários países socialistas nos últimos meses. A par desta nova dimensão da nossa política externa, abrem-se caminhos promissores para as nossas relações com o chamado Terceiro Mundo.

Alguns países africanos deram já exemplo público de amizade e solidariedade, ao encetarem relações diplomáticas mesmo antes do termo do processo de descolonização. A maioria dos países africanos e asiáticos, no entanto, aguarda deliberação premissiva da OUA, não escondendo a sua pré-disposição favorável.

Pouco a pouco, portanto, Portugal, de um território inserido sem horizontes num rígido enquadramento externo vai-se transformando em ponte de união entre as virtualidades de vários quadrantes geo-políticos.

E, face a esta nova posição, diversas são as teses que aparecem na liza política portuguesa. De um lado, a fidelidade subordinada aos ditames de Washington vai recolhendo cada vez maior número de sufrágios. Da viabilidade de ligação a Moscovo duvida a maioria, embora a alguns não desgostasse demasiado essa hipótese.

Teses aduzidas são duas: a da permanência na esfera ocidental com uma voz crítica e intuítos pacíficos e universalistas e a da aproximação, preferência embora atenuada, dos países de Leste europeu.

Resta a quinta via—a do alinhamento pelo Terceiro Mundo. Esta opção política externa tem sido muito discutida. Há um Terceiro Mundo, ou vários terceiros mundos?

- Há verdadeiro não alinhamento no Terceiro Mundo ou diversos alinhamentos?

De qualquer forma, os que defendem este rumo fazem-no por duas razões fundamentais. Ou gostavam de ver concretizada uma via diversa, mas consideram-na inviável ou o que desejam, de facto, é uma determinada opção política interna.

Veja-se a vaga que certas teses da -Nouvelle Critique- sobre países da América Latina conhecem entre nós, e não se tem dificuldades em perceber o modelo global que alguns sectores concebem para a sociedade portuguesa.



CONFIDENCIAL

A fusão das companhias petrolíferas portuguesas



UM DESPACHO emanado da Secretaria de Estado da Indústria e Energia sobre a possível fusão entre a Petrosul e a Sacor mereceu do «Expresso» um artigo (26 de Outubro) no qual se punha em causa a maneira como tal fusão tinha sido anunciada e os processos utilizados.

Pretendendo auscultar outras opiniões, contactámos o dr. Gomes Mota, único administrador por parte do Estado na Sacor, e que faz parte do grupo de trabalho encarregado de estudar a maneira de proceder às negociações necessárias à anunciada fusão.

Fez a entrevista Luís Penha e Costa.

EXPRESSO — Para além de pretender conhecer a sua opinião acerca do processo de fusão entre a Petrosul e a Sacer, gostaria em primeiro lugar de saber porque não concorda com a maneira como o **EXPRESSO** apresentou o problema.

GOMES MOTA: Os termos em que faz a análise desta possível fusão são correctos pois reconhece que a fusão obrigatoriamente leva a uma racionalização do sector dos petróleos em Portugal.

O que me parece merecer um certo reparo, é a forma como o problema está apresentado em alguns dos seus aspectos. Refiro-me principalmente a circunstância de que não foi devidamente salientado, que esta fusão não está a ser encaminhada por uma via legislativa (ou seja obrigatória), mas apenas o grupo de trabalho nomeado para dela se desempenhar tem como directivas estudar os termos da negociação.

EXP: Podia ser mais claro no que diz?

G.M.: O despacho do Secretário de Estado da Indústria dá como indiscutível o interesse da fusão, mas não dá ao grupo de trabalho directivas expressas para que se faça a fusão que não seja por via de negociação. O que o grupo de trabalho tem como missão é negociar uma fusão que o Estado considera indiscutível, isto sem que tenha que servir-se de outro meio por agora, do que os processos normais de fusão entre empresas.

EXP: Desde o momento em que o Estado considera indiscutível o interesse da fusão, é o mesmo que dizer que esta virá a ser um facto.

G.M.: A fusão poderá vir a ser um facto, porque não foi criado nenhum mecanismo legal diferente das que existem hoje para a fusão legal das empresas.

EXP: Mas poderia ter sido criado?

G.M.: Poderia, na verdade ter-se criado um decréto em que "fosse" o interesse da fusão e tendo essa fusão merecido já uma aprovação em termos genéricos na apreciação da proposta de política industrial em Conselho de Ministros e posteriormente em Conselho de Estado, poder-se-ia realmente ter criado

outros mecanismos.

Recordo a propósito os dois pontos essenciais do despacho.

Primeiro, que é indiscutível sobre o ponto de vista de contraio estatal do sector petrolífero, a fusão, o outro ponto é que esta fusão deve ser negociada.

Dai que se tenha constituído um grupo de trabalho que habilite o Estado a propor as formas de negociação, negociação esta que terá que ser feita com os accionistas privados cumprindo o mecanismo que está hoje em vigor quanto à fusão de empresas.

EXP: Mas, se as negociações se garantirem por qualquer razão, o Estado não irá lançar mão de outros mecanismos?

G.M.: Realmente, se o Governo continuar a entender que a fusão é indiscutível do ponto de vista económico poderá servir-se de outros mecanismos, mas por enquanto, tal hipótese ainda não se pôs.

O Estado e os grupos financeiros

EXP: Sabendo-se as diferenças entre as duas empresas que se querem fundir, e o peso dos accionistas particulares nessas empresas não seria normal que eles fossem consultados?

G.M.: Fala-se muito nos accionistas privados da Sacer e na maioria dos seus accionistas privados; quanto a isso eu tenho uma opinião totalmente diferente.

Na composição do capital da Sacer há duas posições relevantes. A primeira é a do Estado com 38%; depois aparecem como accionistas principais a Gulbenkian e Grupo Espírito Santo e o Grupo Atlântico. Falo de Grupos e não de bancos, porque as posições individuais dos bancos são bastante mais pequenas que as dos grupos. Para que o grupo Espírito Santo tenha uma posição relevante na Sacer tem que juntar às acções do banco uma série de acções pertencentes a membros da sua família, de contrário a posição do B.E.S.C.L. era à volta dos 0%.

A posição dos accionistas privados

EXP.: Então o resto de quem é? **G.M.:** O resto são da família Espírito Santo, que vai desde o dr. José Maria Espírito Santo a D. Vera Espírito Santo, ao dr. Duarte Espírito Santo e a todos os Espíritos Santos que formam o chamado grupo Espírito Santo.

Quanto ao BFA que essencialmente tem as suas acções em nome de duas sociedades, — o próprio banco e numa sociedade de investimentos, — também as posições somadas não atingem mais que 10%. As próprias acções da Gulbenkian (registadas na última Assembleia Geral) também não atingem os 10% do capital da Sacor. Portanto, se vimos quais as posições accionistas encontramos o seguinte:

O Estado com cerca de 38%, os três grandes accionistas privados que no conjunto não representam 30% inem directamente nem somadas todas as posições individuais que se podem integrar no grupo Espírito Santo) e o resto podemos considerar que é «público», com apenas duas excepções:

A Smap que tem uma posição de 5,6% na Sacor e o sr. Stein que tem através da sua empresa de investimentos e da própria fundação uma posição que não atinge os 5%.

Portanto, se somarmos bem, os interesses privados não atingem os 40% sem esquecer que, além disso a posição accionista da Gulbenkian é muito especial, dado tratar-se de uma instituição de utilidade pública geral. Assim, o resto é público, e, enquanto em Portugal não houver um mecanismo de representação público (um sindicato dos accionistas, pessoas que os possam representar) eu julgo que o menor mal que se pode correr é que essa representação seja feita pelo Estado.

Não me parece legítimo, é que sejam os grandes accionistas privados a virem falar em nome do chamado «público». Ou eles têm um mecanismo de representação e esse está conciliado na Assembleia Geral onde segundo a última alteração estatutária, o número de acções necessárias para se participar na Assembleia é de cem acções (reconheço ser ainda insuficiente). Contudo deixou-se também aberta a possibilidade de associação de accionistas para terem direito a voto. Se esses votos não se manifestam, não podemos

conceber de maneira nenhuma que os interesses dos grandes grupos económicos sejam os seus representantes. Os interesses dispersos do público não se sentem de certo protegidos ao fazerem a política dos grandes grupos económicos.

EXP.: No entanto quando da nacionalização do B.N.U. foram os pequenos accionistas que protestaram com a forma como tinha sido feita...

G.M.: Claro, que o grupo de trabalho ao fazer as suas negociações tem de ter em atenção os interesses dos pequenos accionistas; as suas posições (que considero de investimento de poupança) irão ser bem defendidas. Julgo que cabe ao Estado fazer a avaliação equitativa das situações das empresas, até porque, sendo o Estado grande accionista também tem nisso interesse directo. As posições accionistas dos grupos económicos é que podem sofrer um pouco nessa fusão, porque diminuem o seu peso relativo em relação à empresa e a criação

Mecanismos de defesa do público

EXP.: Apesar de perceber perfeitamente o seu ponto de vista de que o público fica mais bem defendido se representado pelo Estado, não concordo com ele neste caso específico.

O accionista da Sacor não deve ter interesse nenhum em ver a sua empresa (actualmente largamente lucrativa) fundir-se com uma outra, que à partida vai ter grandes dificuldades de arranque.

G.M.: A nossa divergência pode resultar do seguinte: Quando o público não tem mecanismos próprios de defesa tem que escolher quem defende melhor os seus interesses. Se o Estado, se os grandes grupos económicos. Eis minha opinião e o Estado.

EXP.: Em minha, neste caso específico, não.

Uma outra pergunta que lhe faço é se desde o momento em que reconhece que o público não tem quem o defenda, porque não se cria desde logo um mecanismo legal para esse fim?

G.M.: Julgo que os grandes problemas económicos portugueses e a estratégia do desenvolvimento nacional não podem estar à espera consecutivamente de outras leis pelas

outras. É preciso romper o círculo vicioso e desenvolver este país, julgo que é preciso concretizar grandes decisões económicas mas com o cuidado que elas requirem. Neste ponto de vista estou convencido que o Estado como defensor dos interesses da comunidade é essa comunidade a quem chamo «público» — tem obrigação de acuarilar os seus interesses.

Na fusão da Petrosul com a Sacor e eventualmente com a Sonap, é preciso não esquecer o seguinte: Na Petrosul e na Sonap não há público. O único público que há é na Sacor...

EXP.: Por enquanto, já que é previsto que na Petrosul o público terá direito a subscrever 15% do capital social.

G.M.: Estava de facto previsto, mas essa posição pode-se alterar agora que se admite uma reestruturação do sector.

É possível que essa posição se mantenha, é possível que seja alterada, isso dependerá da política a seguir em relação ao sector.

EXP.: Mas esta política não está já definida? Temos assistido a decisões que mostram que o Governo tem ideias definidas em

relação ao sector, e aliás, afirmou-me no início desta conversa que assim era.

G.M.: A política em relação ao sector petrolífero, decorre naturalmente dos domínios de actuação política que foram aprovados na generalidade, em Conselho de Ministros e em Conselho de Estado. Cada um dos membros do Governo, cada um dos responsáveis pelos vários departamentos relevantes dos diferentes Ministérios apresentaram as linhas gerais da política dos seus departamentos. Dentro desse princípio e a nível da Secretaria de Estado da Indústria e Energia definiu-se a política do sector petrolífero, e é nessa linha geral já definida que o despacho sobre a fusão da Petrosul-Sacor se insere.

Este despacho está portanto apoiado por essa aprovação em linhas gerais dada pelo Conselho de Ministros e pelo Conselho de Estado, e tenta concretizar a reorganização do sector petrolífero em dois passos: Um de carácter quase interno, que foi a reestruturação da Sacor com a Cidla é uma empresa que tem vivido com bastantes dificuldades desde a

crise do petróleo, que via o seu futuro ameaçado em termos de rentabilidade económica por ter uma estrutura pesada...

G.M.: Quero dizer que tem uma estrutura empresarial pesada; essencialmente tem uma estrutura de gestão pesada, desproporcionada ao seu tipo de actividade. Por outro lado tem gente a mais; isto no entender da própria Cidla.

O Estado foi tão cuidadoso neste primeiro passo que seguiu escrupulosamente todos os preceitos que a lei de fusão em vigor manda seguir. Assim aconselhou ao seu administrador por parte do Estado não tem posição directa...

EXP.: E qual é a sua posição indirecta?

G.M.: É a que resulta da participação que a Sacor tem na Cidla que é cerca de 39%.

EXP.: E o resto é do público?

G.M.: O resto pertence ao B.E.S.C.L. (8,5%) ao B.P.A. (0%) a algumas posições individualizadas, e ao público.

Bem, como estava dizendo, o Estado seguiu todos os passos que a lei prevê em relação à fusão da Cidla pela Sacor.

Alteração de estatutos

Exp.: Houve recentemente uma alteração de estatutos na Sacor que implica um maior controle por parte do Estado; está-se igualmente a estudar uma alteração na Sonap e na Petrosul, é normal que se siga o mesmo caminho.

Desde o momento que me diz que o Governo já tem uma política a nível geral em relação ao sector, porque não começou imediatamente por propor a fusão em vez de se preocupar com alterações de estatutos que lhe garantissem o controle? Torna-se uma medida que logo a seguir se ultrapassa com outras?

G.M.: O controle do Estado através dos seus administradores funciona essencialmente por meios e uma empresa não se governa por votos, governa-se por votos. É muito mais coerente com a política do Estado poder governar esta empresa através dos votos das pessoas que representam o Estado. Portanto a alteração que tem sido feita de estatutos não deu a predominância ao Estado.

Tem dado realmente situações de maior controle, mas não de predominância do Estado. Além disso, as grandes decisões das empresas, acabam sempre necessariamente e em função da lei por se reflectirem na Assembleia Geral, e aí não há votos do Estado mas sim as posições dos accionistas, e mesmo o Estado terá certamente interesse em poder impôr a sua política, se julga que esta é conveniente ao desenvolvimento do país.

Exp.: Insisto, que a alteração de estatutos, face a uma fusão que se prevê inevitável, deixa de ter razão de ser.

G.M.: Em relação à Sacor que é a única empresa onde por enquanto foram alterados os estatutos, essa alteração estatutária era perfeitamente justa que se fizesse, e não me parece que tenha sido—como pretende dar a entender com a sua pergunta—que tenha sido, em vão. Houve um estudo feito sobre a Sacor que pode ser útil em todas as empresas onde o Estado tenha controle; aliás os estatutos da Sonap têm em consideração as alterações feitas na Sacor, e ninguém me garante que a vir a criar-se uma empresa única para o sector não se tenha em atenção a experiência da Sacor.

Acho que valia a pena fazer outras experiências mesmo que depois tivessem que ser ultrapassadas; é uma maneira muito útil do Estado se aperceber bem qual é a política real dos grupos económicos.

As vias que se abrem ao Estado

Exp.: Se o Estado chegar a um impasse após as negociações com os acionistas particulares que por hipótese se opõem à fusão, qual é o caminho que irá seguir, uma vez que ficou (2/1) já demonstrado que considera a fusão indispensável para a reestruturação do sector petrolífero?

G.M.: Se assim for, ao Estado abrem-se duas possibilidades: ou conforma-se a servir-se dos mecanismos de que dispõe para o controle do sector, ou para 'e simplesmente repensa o problema, e se for de facto tão importante para a estratégia do desenvolvimento económico fazer a fusão, fala-a através de mecanismos legais que ele próprio promulgará.

Exp.: Tem algo mais que queira dizer sobre a fusão?

G.M.: Tenho, e ainda em relação ao artigo do Expresso: julgo que pode induzir o público em erro, o facto de chamar-se à baila o problema da Siderurgia Nacional. Este problema foi específico e o chamar a atenção do público sobre ele pode induzi-lo em que estamos neste caso da fusão da Petrosul com a Sacor a seguir processos que possam mais tarde ser revistos, e neste momento há que pôr de sobre-aviso, se não se tratará de alguma decisão que não tenha actualidade.

Ora no caso do estado da fusão nada disto está em causal. Os processos seguidos não tem nenhuma analogia.

O sector de distribuição

Exp.: O despacho da Secretaria de Estado de Indústria e Energia refere também o problema de se ir reestruturar o sector de distribuição. Quais as razões que levam a que se pense em reestruturar esse sector e como acha que o irão fazer?

G.M.: Em Portugal há uma grande necessidade de racionalizar a distribuição de combustíveis. Além a possível inclusão da Sonap no esquema da fusão, veio de encontro a esta necessidade de reestruturar o sector distribuição. Esta racionalização é difícil enquanto a concorrência entre as duas companhias portuguesas—Sacor e Sonap—não acabar, já que neste caso essa concorrência impede um melhoramento na rede de distribuição.

Exp.: As companhias estrangeiras ficarão com as mesmas cotas de venda de combustíveis ao público?

G.M.: Essas quotas já estão estabelecidas—são relativamente pequenas em relação às das companhias nacionais—e de momento considero que a sua actividade em Portugal pode ainda ser estimulada dando maior competitividade das empresas nacionais.

“Quo vadis”, economia?

“A ADAPTAÇÃO da instância económica ao elemento político” foi a preocupação dominante encetada no artigo “O M. F. A. — Do político ao económico”, que veio a lume na última edição do “Boletim Informativo das Forças Armadas”.

Esse artigo suscitou quase de imediato diversas reacções, e prendeu a atenção de alguns observadores políticos e da imprensa diária, que lhe concedeu ampla difusão. As interpretações a propósito e a despropósito conjugadas — na sua generalidade bastante dúbias — sucederam-se. Desde as que pretendiam ver no artigo em causa uma “clara confrontação” com o sector económico do Governo, às que contemplavam pura e simplesmente a intenção de desfazer posturas ou eventuais equívocos de aplicação fidelíssima dos princípios expostos no programa do M. F. A. em matéria de política económica, passando pelas que entendiam a abertura de um complexo problema eminentemente político ao qual convergiram já as atenções dominantes dos elementos do próprio Governo. Portanto, face à actualidade de uma renovação “forçada” do elenco ministerial.

A situação parece, no entanto, e de momento, indicar terem sido ultrapassadas quaisquer probabilidades de conflito grave a curto prazo na balança do poder, aliás aparentemente injustificáveis se contexto actual, o que não implica que, a partir e em torno desta intervenção do M. F. A., se não possam tecer, desde já, algumas considerações.

A atracção governamental no domínio da economia tem sido alvo de algumas críticas por parte de certos sectores da vida nacional, a que se juntou agora o M. F. A., o que não pode, em princípio, deixar de ser considerado natural e positivo.

A um tempo, porque “suma sociedade com as características da nossa, em que predominam as estruturas capitalistas, o elemento económico é o determinante” — como se refere no aludido artigo — entendendo-se e ampliando-se, não só do que em nenhum outro caso, as incidências de uma determinada política económica sobre a qualidade e as condições de vida reais do conjunto dos cidadãos.

Por outro lado, na medida em que, em condições democráticas e perante a realidade nacional, tocam os “aportes” à resolução de problemas tão vastos se devem considerar válidos e significativos de verdadeira ampliação do leque de oportunidades de participação

na condução dos destinos da vida colectiva.

Acresce ainda a situação peculiar de coexistência de uma superestrutura democrática ou democrática a nível do poder político, com uma estrutura básica de determinação de capitalismo monopolista, em que se debate na actualidade a sociedade portuguesa.

É esta, talvez, o aspecto concreto de maior actualidade e pertinência que o referido artigo do Boletim do M. F. A. põe em evidência.

A balança do poder

A “instância económica” e o “elemento político” equilibraram-se Abril de 1974, em cooperação mútua, numa determinada balança do poder em Portugal, equilíbrio esse de certo modo “passivo” e não só... justo de determinado “fio”, algo habilitado, pelo uso no tempo, às “manipulações” (dois comerciais) autuadas.

O “elemento político” alterou-se a dado passo, embora se tenha mantido quase firmemente intacta, na sua conspícuo, a “instância económica”. Criou-se, assim, um ponto de desequilíbrio, por ruptura do anterior, que se manifestou, em grau as tentativas feitas no sentido da substituição do velho e desgastado “fio” por um outro inteiramente novo.

É que, se a alteração da superestrutura política formal da sociedade é possível com relativa facilidade, já o mesmo se não passa com a concomitantemente necessária alteração da sua base económica, coordenada e dirigida a partir de centros de decisão nem sempre coincidentes, e de conjuntos de interesses efectivos bem diferentes dos que sortiram, ao mesmo tempo potencialmente, a seguir.

A democratização da economia nacional terá de se processar, sob risco de grave refluxo desequilibrador, de modo necessariamente mais moroso, acompanhando em certa medida a democratização progressiva das estruturas mentais e sociais concretas. Esta diferença de ritmo ou grau de adaptabilidade dos dois elementos da equação que garante o equilíbrio e a estabilidade do poder constituído deverá então ser preenchida por um esquema transitório que vise minimizar as consequências nefastas do seu funcionamento não harmónico ou não integrado do complexo edifício social, enquanto deverá proporcionar as condições necessárias ao

restabelecimento no tempo de uma nova plataforma de equilíbrio.

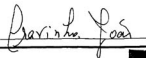
Esquema transitório

Tal esquema transitório não pode de modo algum ser constituído por um simples somatório de medidas parcelares, pois a desarticulação aí implícita comporta também graves riscos de comprometimento do processo global de democratização, sem tão-pouco reforçar demasiado rapidamente uma adaptação de uma peça essencial à sobrevivência do racinquinismo, sob pena de a mesmo ordenar, quebrando, com todos os reflexos das decorrentes em relação ao funcionamento minimamente normal da vida portuguesa. O que não implica, obviamente, que se abandonem os problemas urgentes, de curto prazo, apenas à sua sorte. Existem, com efeito, necessidades imponderáveis de resposta “arrajada” do sistema económico face a alguns objectivos traçados pelo sistema político, que devem focosamente ser compatibilizados com um processo de readaptação inevitavelmente mais longo.

É a no âmbito deste circuito iterativo que se deve denunciar o processo de enquadramento e inter-articulação dos múltiplos objectivos, a diferentes prazos, de incidências as mais diversificadas, e com ligação quase sempre bastante complexa e delicadas. O que corresponde, afinal, à cuidadosa construção de um modelo de política económica de tipo não “standardizado”, que traduza o mais fielmente possível as necessidades de transformação da realidade económica concreta e actual da sociedade portuguesa.

Simpliciter, o delimitamento de qualquer política exige sempre um prévio assentamento sobre os objectivos a atingir e as vias possíveis de os alcançar integralmente, minimizando os custos e optimizando os benefícios em termos sociais. O que ainda não foi feito até ao presente.

As atenções e expectativas convergem, no momento, essencialmente sobre os eventuais primeiros resultados palpáveis dos trabalhos do grupo liderado pelo major Melo Antunes no sentido de ser elaborado um “plano de acção económico-social” para 1975, devidamente enquadrado numa perspectiva de médio prazo (3 anos). Os objectivos concretos de política económica inevitavelmente subjacentes a esse plano, que permitirão aferir da viabilidade de ajustamento no tempo da “instância económica ao elemento político”, segundo uma estratégia adequada às reais condições — e não só as materiais... — do desenvolvimento da sociedade portuguesa. Até lá pelo menos, manter-se-á, latente, a interrogativa: “Quo vadis”, economia?



Reflectir com: JOÃO CRAVINHO

O antigo regime e os novos projectos de investimento

SALVO ERRO, foi Keynes quem escreveu que a política económica seguida pelos homens de Governo nos contemporâneos mostrava que eles viviam prisioneiros de ideias antigas de economia também já defunctas. Ora nós, portugueses, poderemos estar em situação bem mais grave, pois corremos o risco de continuar manietados pelos casados e projectos que o antigo regime solicitava e esperanzadamente acarinhava quando foi surpreendido pela atracação do MFA.

São estas as forças da política económica onde se manifestam claramente os sinais desse risco mas se houver que singularizar uma delas, pela importância própria e pelo que está em jogo, creio que a zona atrozada se deve voltar para o investimento, cogitando para o chamado investimento directamente produtivo. Efectivamente, sem dúvida de tal relevo para a evolução desta Pátria ainda as grandes ideias do regime fascista que imperou soberanas na sua duração ao 25 de Abril e ao 25 de Setembro.

Estarão os novos projectos adaptados ao Programa do M. F. A.?

Os grandes investimentos que vêm atraídos as atenções graças são os mesmos que o antigo regime vinha considerando essenciais à obtenção dos seus próprios destinos. Para todos os efeitos práticos, em matéria de investimento são as preocupações fundamentais do Governo Castreanho que continuam a observar o tempo e energias da presente Administração.

Poderemos apontar várias explicações para este facto, umas mais racionais que outras. Adiante referirei algumas. Mas, antes de o fazer, parece-me importante antes que por essa via o regime deposto poderá manter-se ciente: dos da sua terra, impedindo-lhe a execução das suas concepções políticas e económicas, prolongando as suas preferências e privilégios muito para além da sua morte em Diário de Governo. Isto sucederá na medida exata em que não soberanos, primeiro, separar rapidamente no espírito económico do antigo regime o que lhe coexistia, e só a ele, do que poderá interessar à sustentação imediata e ao reforço do processo de democratização. Depois, agir em consequência, com firmeza, sem precipitação mas também sem delongas escusadas. Inclusive, facilitando a organização de novos projectos dirigidos para a defesa das necessidades sociais e económicas que se puderem anteriormente constituídas sustentarem, regularizá-las ou desenvolverem.

Excluído desta pequena nota o tema dos vínculos necessários e suficientes entre os projectados investimentos e o controlo dos sectores básicos preconizado pelo Programa do MFA. Quanto fundamental que, embora esteja bem dentro do problema está enciado, deverá ceder o passo neste momento a duas preocupações primárias. A primeira dirigida à escassa relativa de novas propostas, sobretudo no campo dos investimentos produtivos, nascidas das condições criadas pelas Forças Armadas e mutantes forças democráticas. A segunda recaído sobre a oportunidade e conveniência de alguns grandes projectos já em preparado muito antes do 25 de Abril e agora na zona das decisões definitivas. Melhor, sobre o real interesse do aproveitamento de certas oportunidades de investimento em termos de obediência às concepções que antes do 25 de Abril dominavam a cena económica nacional. Estas duas preocupações interpenetram-se e reforçam-se mutuamente, pelo que as considerações que lhes dizem respeito só com algum artificialismo se apresentam separações rígidas. Além disso, elas exigiriam desenvolvimentos que transbordam do espaço-tempo e brevidade desta nota. Ainda assim vale a pena salientá-las.

Parece-me evidente a insuficiência de novas propostas.

Outros poderão ter optado diferentemente. Ou porque sabem de iniciativas cujos meros ainda ignoradas pela quase totalidade dos cidadãos razoavelmente bem informados, para não falar já do cidadão comum. Ou porque se dão por satisfeitos em tal matéria, provavelmente porque luto por razoavelmente fornecidas, em quantidade e em qualidade, as gerências das repartições e as várias instituições de acção e execução a quem cabe a realização propriamente dita. No primeiro caso, o remédio será simples, pois em tempo oportuno tentemos a informação devida. Seria bom, todavia, que se apressasse esse momento. Quanto ao segundo, não vejo em que facção se possa apoiar na generalidade das situações, embora seja de admitir a perfeitíssima validade de tal juízo no que toca a certos infra-estruturas. Quanto? Bem seria também que venha a público informação precisa para que se possa alargar o círculo de discussão aos interessados, que como todos são, e se arranquem rapidamente na execução dentro de uma ordem de prioridades que não será certamente a do regime Castreanho.

De um modo ou de outro, os responsáveis pelo Plano de Emergência terão inevitavelmente de fazer o posto da situação. Suspeito que encontrarão sérias



lacunas cuja eliminação já deveria ter sido feita após 6 meses de reconstrução nacional, a par de outras que estando necessitando de algum cuidado para que os estudos e preparações várias não venham a sofrer de atrasos excessivos ou de orientações manifestamente erradas. Por essa altura diminuída, suposto eu, o optimismo dos que agora se consideram melhor informados, pois uma proposta operacional exige rigoroso planeamento que não abunda na maior parte dos relatórios a que se costuma dar o nome de projectos. Também não se deveo natural que o fascismo tivesse sido o caído de cultura ideal para fazer possíveis projectos apropriados que as novas realidades do poder acendioso, quer as suposições da generalidade das classes trabalhadoras.

É necessário repensar a estratégia de investimentos

De modo algum quero dizer que nada se aproveitará do labor passado. Bem pelo contrario, tudo deverá ser cuidadosamente passado a pente fino para que nada de significativo e útil escape a uma recolta sistemática. Mas também me parece fundamental avaliar o material já disponível disponível, se necessário organizar a reapprisação das cartilhas mais notórias e passar urgentemente as realizações. Tudo isto exige, evidentemente, um espirito novo, uma capacidade criadora de horizontes muito mais dilatados ao serviço de objectivos bem diferentes. Em certo sentido, trata-se de uma criação colectiva do futuro. Por dita já estas colunas aos técnicos portugueses que pensam em bom uso e boa imaginação. Simplemente, a distribuição da imaginação pelos vários pontos de combate não se assegura espontaneamente. E aliada que os seus portadores se encontram nas recondições, haverá que dar-lhes a meditação e a actualização que toda a tarefa colectiva requer.

Para além de tudo isto, que se poderá dizer, por exemplo, dos grandes projectos cuja preparação se encontra em fase de conclusão? As dificuldades que em uma economia travada geram uma

forte preocupação oficial pelo lançamento imediato, e em grande escala, de novos investimentos. Essa circunstância tende, pelo menos aos olhos de muitos, a conferir um valor extra aos referidos projectos: estão prontos, prontem reactivar o circuito económico e contribuir poderosamente para o restabelecimento da confiança interna e externa pela grande expansão das novas actividades. Mas do que isso postulam-se a operações-pesquisa. Alguns desses projectos ainda poderão ter outras virtudes embora sejam em menor número as que pegam o problema por si. Como a de se dirigirem à satisfação de necessidades verdadeiramente prioritárias do Portugal democrático, a de se encontrarem organizadas da melhor maneira em função das novas condições, tanto da nossa economia como das outras economias que nelas se reflectem, e de se enquadrarem acertadamente no impulsionamento de outras actividades, etc. etc.

Julgo que estas últimas preocupações, de um modo geral, deverão ter precedência sobre as primeiras.

Por isso os projectos em programma antes de um determinado nível de desenvolvimento deverão passar obrigatoriamente por um exame explícito e devidamente responsabilizado, sempre embora, antes de se lhes aplicar a validação desenhada por regras de certo peso. Exame sério e não apenas de fachada, pois de outro modo sustentava-se a burocracia sem nada ganhar em troca.

Seria lamentável que o contributo viesse a ter de trazer às costas os dispendiosos do anterior regime post-Força de decisão cuja responsabilidade caberia já ao Portugal democrático. Como também seria grave que esses mesmos projectos viessem a impedir a realização de outros muito mais vantajosos nos termos estabelecidos pelo Programa do MFA. É admittível que alguns dos investimentos em causa possam trazer por seus resultados de maior exame que precedo. Mesmo nesse caso, raras seriam os projectos que não beneficiassem da consideração de novas variantes ou

de ajustamentos mais ou menos significativos. Outros porém teriam de ser alvo de profundas modificações para que legitimamente viessem a merecer apoio público. Alguns chegariam certamente ao fim da sua aventura sem razões objectivas de queixa fosse de quem fosse.

Ao fim e ao cabo, agora que já se reconhece que ao projecto politico sancionado após o 25 de Abril terá de corresponder também um projecto económico radicalmente diferente daquele que prosperou no anterior regime, será de esperar que haja necessidade de modificações profundas na estrutura do investimento, na prioridade a atribuir aos projectos, na própria concepção de certos projectos? A resposta vem tardando, muito embora já existam excepções notáveis ao deixar correr. A revisão dos projectos de Alqueira, do Aeroporto de Lisboa, do Plano das Auto-Estradas inscrevem-se nessa linha. Não cabe agora apreciar esses investimentos mas apenas assinalar o esforço de coerência de quem decidiu a revisão.

Hoje em dia a avaliação ou rejeição dos investimentos terá de ter em conta a sua contribuição para os problemas de fundo com que nos debatemos. Problemas como os da criação de novos empregos, de lutação por melhoria de vida, de balança de pagamentos, de equilíbrio de consumos públicos e privados e dos limites de recursos financeiros, obrigam a criteriosas seleções de projectos.

Para citar um exemplo, será possível afectar mais de 60 milhões de euros à realização de alguns complexos de grande intensidade capitalizante que, para além de outras incidências derivadas, só viriam a gerar pouco mais de 4 milhares de empregos? Que recursos fôrtes para outros investimentos de maior prioridade? Qual o sentido, nesse contexto, da estratégia de investimento? É possível encontrar um sentido para uma nova estratégia apoiada em tais projectos na lógica do regime anterior ao 25 de Abril? Não se se alguém poderá dizer o mesmo relativamente ao período que nos deita-se látrás, afirmando ao mesmo tempo que esse sentido é de encontro aos interesses do País.

Mesa Redonda / EXPRESSO 74

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA: «ALINHAMENTO OU NÃO?»

TEMAS como o "alinhamento ou não alinhamento" da política externa portuguesa, a visita de Costa Gomes aos Estados Unidos da América, e as relações deste país com Portugal são os pontos essenciais da primeira parte da mesa-redonda que o EXPRESSO organizou, num momento em que se verifica uma ofensiva do governo português em vários planos internacionais. Presentes personalidades de diversas linhas políticas como Jorge Campinos (Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e dirigente do P. S.), Jorge Miranda (assistente de Direito Internacional da Faculdade de Direito de Lisboa e dirigente do P. P. D.), Nuno Brederode dos Santos (advogado e politólogo), Pedro Ramos de Almeida (estudante de Direito e dirigente do MDP/CDE) e Pedro Soares (membro do Comité Central do P. C.).

Para a 2.ª parte (a publicar na próxima semana) ficaram os temas da Base das Lajes, as relações com a União Soviética e países socialistas e das relações com a Europa (de que se destaca, desde já, as relações com a CEE e com a Espanha).

Portugal — charneira entre dois blocos geo-estratégicos? Portugal à procura do chamado 3.º Mundo? Portugal país (muito ou pouco) europeu? Há quem estude afinadamente a América Latina, no Sul, para os lados do Perú...

MRS

A política externa e o programa do MFA

● Respeito de compromissos passados

EXPRESSO — O tema da Política Externa Portuguesa tem estado em foco com as recentes visitas de várias personalidades da vida política nacional a países estrangeiros. Por isso temos aqui esta mesuranda por um lado, participantes com relações funcionais com problemas da política externa portuguesa e, por outro lado, individualidades representativas de vários quadrantes do pensamento e que têm tido contactos, antes ou depois de 25 de Abril com matéria internacional.

Poderíamos talvez começar por questões genéricas da política externa portuguesa e de uma delas, é que podia talvez sintetizar as demais, é a do "alinhamento" ou "não alinhamento" da política externa portuguesa, entendendo-se o alinhamento como uma herança recebida do regime anterior, enquadrada de forma mais ou menos óctil a política portuguesa

dentro de um hemisfério. Por outro lado, há que atender aos desejos, agora muitas vezes expressos, por políticos portugueses de "não alinhamento" para o futuro. Quer o professor Jorge Campinos expor o que pensa sobre este ponto?

JORGE CAMPINOS — A política externa portuguesa foi definida pelo próprio Programa do M. F. A. Nele é determinado que Portugal deve respeitar as suas obrigações internacionais. Isto tem como consequência fixar o nosso país, pelo menos neste período provisório, ao chamado campo ocidental. Tem também como consequência, e esta é fundamental, fixar o nosso país no quadro das obrigações militares estabelecidas pelo Pacto do Atlântico. Simplemente, esta situação é provisória e, após as eleições para a Assembleia Legislativa posteriores à elaboração da Constituição, nós poderemos determinar então uma

política internacional que corresponda aos desejos expressos pelos eleitores. Contrariamente ao que se tem dito muitas vezes, isto não impede de se ter desde já uma política progressista no seio do campo ocidental. Há a força ocidental de esquerda que aceitaram instituições com o Mercado Comum, que aceitaram instituições como a NATO, e que no seu seio praticam uma política efectivamente progressista e, no último caso, uma política pela paz, não permitindo que essa organização internacional opale, por exemplo, ditaduras fascistas. E no quadro do Mercado Comum defendem uma política não ao serviço dos interesses capitalistas mas ao serviço dos interesses da classe trabalhadora. Portanto não me choca praticar essa política porque há forças que apontam para um certo progressismo, no campo ocidental.

● Realismo político

PEDRO SOARES — Creio que, em primeiro lugar há que recordar a política externa fascista nas suas características fundamentais. A política praticada pelos governos de Salazar e Spínola, centrada em interesses nacionais, tocou o nosso país, sujeitando-o a servemas e provocando prejuízos sérios do ponto de vista económico e político. O 25 de Abril, permitiu que se virassem na política externa do nosso país e creio que é de saudar essa viragem, tendo em conta que ela veio ao encontro de uma prática que podemos considerar de coexistência pacífica. Sem dúvida que o Programa das Forças Armadas estipula o respeito pelos tratados anteriormente estabelecidos e esse facto leva-nos a considerar com bastante realismo, quer o que está consignado no Programa, quer o que constitui uma tradição da política externa portuguesa. Mas pensamos entretanto que, dentro do que constitui a essência do programa do M. F. A., e do que constitui a essência dos interesses portugueses, devemos ser muito realistas neste ponto. E apesar de vivermos um período de transição, não há dúvida que se quebreu o elo que cercava o País nas suas

relações externas, que se estabeleceram relações diplomáticas e políticas com os países socialistas, lo que constitui facto notável na nova fase da vida política portuguesa. Pensamos que

essa política corresponde aos interesses do nosso país, e a regime democrático e à prática de uma política de paz com todas as nações, sejam quais forem os regimes porque se governem.

● Tratados e pressupostos políticos

NUNO BREDEROTE DOS SANTOS — Eu diria que o programa do M. F. A. estabelece, meia dúzia de objectivos que dificilmente serão recusados por qualquer país quanto à sua política externa: o princípio da independência, o princípio da igualdade entre os Estados, o princípio da paz, a não ingerência nos negócios alheios. Mas levado à prática, seriamente, com tenacidade, pode ser um significado multíssimo progressivo, porque a política externa é uma dinâmica que depende muito do sítio de onde se arranca e do rumo que se tome. Nós sabemos — não é preciso explicar muito — que uma reserva da França NATO pode ter um impacto multíssimo maior do que uma inactiva que é lançada contra a NATO, de um campo que lhe é totalmente hostil. Creio que a descolonização — e sobretudo a

descolonização, — muito mais do que o 25 de Abril por si só abriu possibilidades novas e desbocou completamente a nossa política externa. Agora tudo está na planificação que se irá fazer para o máximo aproveitamento desta abertura. Eu acredito no "não alinhamento" como meio a atingir, e queria só que tivéssemos a preocupação de fazer sempre coisas bem ou seguras quando no programa do M. F. A. se diz que Portugal respeitara os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor, é preciso que fique claro que isto não significa que Portugal adere aos pressupostos políticos que serviram a celebrar esses tratados, mas que Portugal, achto como está as contingências, toma o compromisso de não se libertar unilateralmente do choque directo com as obrigações ainda pendentes.

● Independência nacional

JORGE MIRANDA — Eu partia da distinção que já aqui foi estabelecida entre o momento que estamos vivendo, iminentemente transitório, e o momento que se seguirá à institucionalização da vida democrática no nosso País, entre a situação de Governo Provisório que nos encontramos e a de Governo Constituído, escolhido pelo povo, em que estaremos dentro de alguns meses. Relativamente ao presente, temos claramente definido no programa do M. F. A. os objectivos essenciais da nossa política externa, que são dois. Por um lado, não criar conflitos internacionais à volta do nosso País, não comprometendo a essência de democratização em curso, com a entrada de Portugal num eventual jogo entre as superpotências. Daí decorre uma

afirmação muito clara de respeito pelos compromissos internacionais assumidos pelo nosso País. Por outro lado, o desbocamento da nossa política externa, abrindo-a quer em relação aos países socialistas, quer em relação aos países do Terceiro Mundo. Este desbocamento foi sobretudo conseguido em virtude da política de descolonização em que nos lançámos. Não tenhamos ilusões, não foi simplesmente por vivermos em Portugal em período de democratização, mas por alinharmos-nos com as aspirações dos povos de todo o mundo no sentido da liberdade e da autodeterminação, que conseguimos romper as barreiras do "orgulhosamente sós" em que nos encontrávamos.

A situação posterior, a situação de uma política externa a longo

prazo, dependerá das opções que o povo português vier a fazer através das eleições para a Assembleia Constituinte, e, mais tarde, para o Parlamento Ordinário.

Os partidos deverão apresentar ao eleitorado as suas políticas. Parece-me — sem entrar para já em promessuras — que o objectivo dessa política a prazo, deverá ser a independência nacional. Deverá ser uma política que permita ao País, seja qual for a situação em que se encontrar, realizar a independência nacional. Essa independência nacional traduz-se-á no "não alinhamento"? Essa política traduz-se-á na continuação da aliança ocidental com uma voz crítica? Estas as dúvidas que levanto.

"Não alinhamento" — 3 teses

● Portugal no hemisfério americano

J. C. — Eu gostaria de sublinhar duas coisas. Em primeiro lugar, a situação hábil, profunde, lógica e altamente responsável do M. F. A. quando determinamos que Portugal deveria respeitar os compromissos internacionais. A política externa não é uma criação abstracta, mas a projecção dos compromissos políticos internos. O Movimento do 25 de Abril — todos nós o sabemos — era composto por correntes muito diferentes. Em segundo lugar, o M. F. A. teve que ter em conta uma posição geográfica determinada e dinâmica histórica, que foi uma herança pesada.

A situação política europeia, na hora actual, por outro lado, é extremamente delicada. A Europa, no século XX, esteve no centro das suas duas principais guerras mundiais. E pela Europa, que passa hoje o equilíbrio mundial, expresso em potencialidade de armamento. Nos séculos XVIII e XIX, a Europa dominou o mundo. Era o continente mais avançado. Era o continente que "exportava" valores para os demais continentes. Veio a primeira guerra mundial, e pela primeira vez na História, o centro de equilíbrio universal projectou-se para o Atlântico, dado que, dividida no interior, a Europa teve que se socorrer da presença americana. Os EUA começaram a aparecer como uma potência importante no equilíbrio mundial. Depois, em 1917, temos a revolução soviética. Durante a segunda guerra mundial, e no que respecta à Europa ocidental, verificou-se uma esmagadora presença dos EUA, que se prolongou no aspecto puramente económico pelo plano Marshall. Do outro lado, assistiu outra potência — a União Soviética. E o equilíbrio mundial, passou agora para uma latitude que se situa, entre os EUA e a União Soviética, cada um desses campos com uma zona geopolítica e influência imediata, não encontrámo-nos, no dia 25 de Abril, na fase de influência imediata dos Estados Unidos. E não podemos desconhecê-lo, se desejamos criar em Portugal um regime democrático e contribuir realmente para o equilíbrio mundial.

Quando se sabe que cada habitante do planeta, no momento actual, representa 5 toneladas de dinamite, deve-se considerar cuidadosamente a questão de equilíbrio, que resultou da segunda guerra mundial, e não se deve por actos irresponsáveis fazer com que a balança do equilíbrio mundial possa tender mais para um lado do que para o outro.

E com respeito que contacto a alta responsabilidade dos que elaboraram o programa do M. F. A., tanto mais que isto não impede que possamos contribuir para a realização de uma política progressista na sociedade internacional, pela presença de um líder da história do nosso país.

A segunda observação que eu gostaria de fazer respecta ao não "alinhamento". Eu não sei bem o que significa "não alinhamento". Tenho láio, estudado, e verifico uma coisa. O Terceiro Mundo,



Jorge Campinos



Nuno Broderode Santos

aparece como um grupo de países nas relações internacionais em 1955, com a conferência de Bandung. Essa conferência reuniu-se graças a acção militante de certos responsáveis políticos, cuja projecção ultrapassava as fronteiras nacionais. Estou a pensar no Marechal Tito, em Nehru (que não era ainda governante), em Chou en Lai e em muitos outros dirigentes que depois tiveram um papel fundamental...

J. M. — Nascer, Nêbrus...
J. C. — ... poderia inusuar alguns mais. Esse bloco que, aliás, em 1955 escolheu o representante da União Soviética que queria também integrar-se ao Terceiro Mundo, definiu-se por uma atitude de recusa, do sistema de partilha do Mundo em dois blocos, também se pronunciou contra o colonialismo, contra o imperialismo internacional, definiu



Pedro Soares



Jorge Miranda

em termos latoos, e contra certos tipos de regime como o do apartheid.

Mas, seguramente, constatou-se que esse Terceiro Mundo, sofria contradições internas muito importantes. Uns países eram dominados por uma política determinada do caso da América Latina, que, durante mais de uma dezena de anos, foi excluída do campo do Terceiro Mundo. Por outro lado, o desenvolvimento do comércio internacional levou a contradições no seio do Terceiro Mundo e as reuniões de Havana e de Argel, não constituiram um passo definitivo para a elaboração de uma Carta do Terceiro Mundo. E isto porque, uma vez definido os objectivos do anti-colonialismo, do anti-imperialismo, em sentido lato, não se pode passar para uma construção positiva na sociedade internacional, porque há contradições económicas no seio do



Pedro Ramos de Almeida



Marcelo Rebelo de Sousa

Terceiro Mundo. Não estão muitos países de acordo, por exemplo, no que respecta ao preço das matérias-primas. Não estão de acordo na determinação do preço do cacau, do preço do café... E, agora, estão divididos entre países produtores de energia nomeadamente petróleo, e países que não são produtores de energia. Na situação política internacional presente, o que se diz "não alinhamento" é uma profunda aspiração à independência nacional, e à mais justa repartição do comércio internacional. E se assim é eu sou evidentemente favorável à política de não alinhamento.

EXPR — Este comentário veio suscitar problemas geopolíticos muito interessantes, como o de ser ou não possível, o "não alinhamento". Parece que o Nuno Broderode quer replicar.

● "O não alinhamento é viável"

N. B. S. — Eu queria só pagar em dois pontos, de que falco o prof. Jorge Campinos. Primeiro que tudo, — e a eu tivemos todos de acordo — ninguém está interessado em aventurar que possam, em nome de valores que no imediato não têm grande contrapartida, deitar muito a perder. Eu diria que é necessário, em cada momento, que os inimigos do reino que Portugal leva tenham mais a perder do que a ganhar em atacar frontalmente a democracia Portuguesa. Esclareço só que é necessário que tenham qualquer coisa a ganhar, porque se não tiverem esse objectivo que os unamos. Quanto ao ponto do não alinhamento, eu insisto no seguinte. Estou muito preocupado com uma fotografia estática da-

quilo que representa cada chavão político. Estou muito mais interessado no que isto me revela sobre o rumo que a política está a tomar. Ora bem, Portugal, em termos das alternativas que o alinhamento nos coloca, tem nas suas grandes linhas, três possibilidades.

A primeira é aquela onde ainda estamos e não serve os novos rumos. A terceira, — uns por uns motivos, outros por outros — ninguém a põe como alternativa viável ou desejável. Portanto, o "não alinhamento" para nós é a única orientação categorial com a política de independência nacional exercida na prática, que é um progressivo ganhar de distâncias do ponto em que estamos, e ir

destruindo as peias e limitações em que Portugal se move.

Neste sentido, o Terceiro Mundo é o que nós relacionamos imediatamente com uma atitude de não alinhamento. Não vou dizer que o Terceiro Mundo é uma realidade coesa, sólida, funcional. Digo apenas que existe, tem força e quero apontar para laços cada vez maiores, pois pode-se arranjar à a forma da cobertura política que nos vai faltando à medida que nós vamos ganhando autonomia dentro do bloco ocidental em que estamos metidos. É neste sentido, perfeitamente dinâmico, que eu entendo que o não alinhamento é uma meta válida.

EXPR — Temos, pois, duas teses distintas em confronto...

● Não alinhamento com o 3.º mundo

J. M. — Eu concordo basicamente com o que disse o dr. Campinos e parece-me que é necessário chamar a atenção para o seguinte. Quando se fala em "não alinhamento", a tendência é para o associar a "alinhamento" com o Terceiro Mundo. Parece-me que foi um pouco este o sentido das palavras de Brejnev dos Santos. Ora, eu não sei se hoje esse será a situação real, se não poderá haver "não alinhamento" dentro da Europa, e se, por outro lado, se que se chama Terceiro Mundo, não

vamos encontrar posições muito claras de alinhamento. Nele encontramos países progressistas, neutrais, que fazem uma política coerente de não alinhamento. Mas encontramos também países directos ou indirectamente associados a qualquer dos dois grandes blocos, senão enfileirados a qualquer das duas grandes potências. Portanto, esta ideia geral, "não alinhamento" igual a "alinhamento com o Terceiro Mundo", parece-me que por si só é insuficiente. Seria necessário ver dentro do Terceiro Mundo, quais as duas posições que aí se revelam.

Por outro lado, pergunto se não há indícios de uma política de não alinhamento, mesmo dentro da Europa. Há países na Europa — penso na Jugoslávia, penso na

Suécia, penso, em certa medida, na Finlândia, e na Áustria — que fazem uma política inminentemente progressista não alinhada nas suas relações internacionais, actuando como países europeus. Há também sinais, — para além da França Gaullista — de atitudes críticas e de independência em relação aos EUA. O último indício, porventura conjuntural, porventura precário, veio da Grécia, com a sua posição relativamente à Aliança Atlântica. Há, finalmente, países do norte da Europa, que embora continue a pertence- -r à NATO, têm nela uma posição muito diferente da posição subserviente, mendicante que Portugal adoptava antes do 25 de Abril. Não estou ainda a fazer uma opção. Só repito não concordar com a identificação total entre

"não alinhamento" e "alinhamento com o Terceiro Mundo".

● Interesse nacional

P. S. — Eu desejaria acrescentar alguma coisa para esclarecer alguns aspectos fundamentais deste problema. A primeira questão que se me coloca, — que se coloca aos comunistas portugueses — é a de que a política externa, tal como a política interna, tem de ser ditada pelos interesses nacionais, pelo curso democrático que se verifica no nosso País, e por novos objectivos a prosseguir.

Eu creio que nós não temos que colocar a política externa no campo ocidental, ou no campo oriental, mas no plano nacional. Teremos de ter em conta que o nosso País tem características particulares, tem não só uma economia de determinado tipo, mas também uma situação política de traços bem definidos e, de conteúdo democrático. Se não tivermos em conta esta situação poderemos repetir, sem querer, o que foi o fracasso político e diplomático do regime fascista. O que interessa são as circunstâncias presentes, é que vejamos com clareza que se criaram novas perspectivas, que se definiram novos problemas, que a situação portuguesa não é a de um país isolado no extremo ocidental da Europa, mas de um país que criou novas relações, mercê da sua política de descolonização e da sua posição antifascista.

Tratou-se de uma atitude consequente em oposição aquela que seguiu o regime fascista e que isolou o nosso país, no contexto internacional.

Interessa ainda ver, com muita objectividade, mesmo do ponto de vista da independência nacional, o real valor das relações que o nosso país deve continuar a manter com as potências ocidentais.

Mas não podemos também ignorar — sob pena de continuarmos uma velha política ultrapassada — que existe no mundo o campo socialista cujo papel é fundamental na solução dos grandes problemas internacionais. As relações de Portugal com os países socialistas está no quadro de uma política de cooperação pacífica com todos os povos, necessária ao processo de democratização em curso. Esta política de cooperação pacífica baseia-se no respeito pela independência, na não ingerência nos negócios internos do nosso País, tendo igualmente em conta que a política externa dos países socialistas é coincidente com a política externa portuguesa que sirva os verdadeiros interesses nacionais, a causa da paz e da independência dos povos.

Mas devemos ainda considerar os países do Terceiro Mundo. A política fascista foi uma política de isolamento, de isolamento em relação a esses países. Esta política dificultou o desenvolvimento do nosso país como nação independente e criaram-nos várias dificuldades internacionais. Inserindo a política externa portuguesa no novo contexto nacional e internacional, e nos progressos registados pela descolonização, nós devemos voltar seriamente as nossas atenções para os países africanos e árabes a fim de reforçarmos as relações do nosso país com os países socialistas e do Terceiro Mundo, guardando do passado as lições a rever para podermos examiná-los a uma nova luz, e para podermos arrancar neste domínio correspondentes aos reais interesses da nova democracia portuguesa.

COSTA GOMES NOS EUA: EXPLICAR O 28 DE SETEMBRO

• Contra os blocos

Continuação pág. 17

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA — A primeira questão que levamos é a de que não estamos a falar de relações externas em geral. Estamos a falar de relações externas num determinado contexto. Dentro disto eu penso que o que é dominante no nosso País é a luta pela democracia, contra o fascismo, contra o monopólio. E portanto as relações externas do nosso país, devem ser dominadas pelo mesmo modelo: uma luta democrática, uma luta anti-fascista, uma luta anti-monopolista. Dentro deste campo, em Portugal, devemos procurar fazer tudo para que as nossas relações com os outros povos reflitam o que tem sido a nossa tarefa histórica em relação a estes pontos. O que nos leva a ter de um lado certo tipo de relações prioritárias de um plano externo, que são as relações estabelecidas em África e que alteram a nossa história: é mudar uma relação que tínhamos em guerra, de opressão, para uma relação de paz, o que liberta bastante as nossas relações externas. Noutro plano, é preciso percebermos que as travamos já, ao contrário do que aconteceu durante muito tempo, como em relação de Estado.

Portanto, democraticamente não é só como relações de povos que temos relações externas, é também como relações de Estado. O que põe a questão de sabermos dentro do plano de relações quais é que temos de Estado e dentro do plano de relações de Povos. Também creio que nos devemos preocupar hoje com a forma como uma acção de governo deve ser

acompanhada por uma acção popular. Desde em todos os planos importa ver: o Estado faz isto e o Povo faz aquilo.

Interessa pois saber qual é a relação de Estado e a relação de Povo dentro das relações externas.

Creio ainda que devemos encarar que os objectivos que temos dentro da situação histórica que atravessamos, que são a defesa da independência nacional, a defesa da paz, e a defesa da democracia dentro de todas elas. Devemos procurar ver dentro do sistema de alianças actual, dentro dos compromissos que assumimos, como é que poderemos assegurar, fomentar e desenvolver a independência nacional, a democracia e a paz.

Falou-se em "alinhamento". O "alinhamento" é sempre o "alinhamento" com alguma coisa. Quanto a mim uma política de "alinhamento" define-se por uma política de "alinhamentos com blocos", e nós nesse plano pensamos que aquilo que deve haver é uma política de neutralismo, ou seja uma política anti-bloco. E pensamos que essa política deve começar a ser desenvolvida. Onde, talvez não tenha muito interesse ver se a aliança é dos bons ou maus, e se a Dinamarca se porta bem e é Terceiro Mundo ou se o outro não é. Creemos que o problema é outro: o problema é onde ganhar forças para servir uma política contra a existência de blocos militares. E se estamos de acordo em ganhar essas forças, contra uma política de blocos militares, económicos, opostos, expressão política actual de contradições que possam existir no mundo, se estamos de acordo no referente a isso, é evidente que no mundo, há sectores fundamentais que estão contra essa política de blocos. Que a melhor designação seja Terceiro Mundo, também não estou de acordo, já são mundos a mais, já se vai em terceiro, qualquer dia é o quarto. Talvez não seja essa a melhor definição. Agora que há países que se opõem decididamente à existência de blocos, certamente que sim, e portanto creio que uma política externa portuguesa deve ser uma política que procure uma audiência uma aproximação das forças que se opõem na realidade há existência de blocos militares.

A visita de Costa Gomes aos EUA

EXPR — Poderíamos agora tentar desagregar alguns dos problemas da política externa portuguesa, e de acordo com estas condições, poderíamos começar pelo ba-

lanço da visita do presidente da República, Costa Gomes, aos EUA: QUER NO QUE RESPEITA as relações de Portugal no seio das Nações Unidas,

quer no que respeita ao momento actual das relações Portugal-Estados Unidos, em que o problema da base dos Açores avulta como um problema particularmente importante.

• De Spínola a Costa Gomes

N. B. S. — Todos nós temos uma ideia, mais ou menos formada, do balanço a tirar dessa visita, mas temos que pôr em primeiro lugar uma reserva. Os assuntos da política externa, não estão propriamente a cair do céu nas mãos do cidadão, todos os dias, por forma a ser possível um juízo. Do que nós podemos ver, a visita foi extremamente positiva, na parte respeitante à ONU, onde diz-se-ia que — com base num diagnóstico rigorosíssimo do tipo de Assembleia onde se ia falar — proferiu um discurso cuidadosamente dosado, parece ter tido um impacto muitíssimo feliz. No que respeita à visita aos EUA, aí é que, de facto, é muito mais difícil dizer qualquer coisa. A convicção geral das pessoas, e que eu compartilho, é que havia um certo número de garantias que estariam na dependência da pessoa do general Spínola, que foi necessário de certo modo tentar matar.

Também é convicção geral das pessoas que podia haver um certo número de condições de carácter político, para algumas operações económicas com Portugal se continuassem a acreditar que as condições de carácter político não consistem tanto, como se diz, em que Portugal realize eleições, mas sim no resultado delas. Agora aí é que é impossível aqueles de nós que são simples leitores de jornais, dizer o que é que se sabe ou não sabe das conversações com os Estados Unidos e se os seus objectivos foram ou não preenchidos. Portanto, saldo altamente positivo na parte relativa à ONU e é difícil formar juízo na parte relativa aos

• Situação geo-política

J. M. — Também não estou de forma alguma dentro da estratégia da política internacional portuguesa que está a ser desenvolvida, para me poder pronunciar sobre o que foi, quais os resultados, da visita do Presidente da República à Assembleia Geral das Nações Unidas e aos EUA. Sobre eles só poderei formular conjecturas. Se o que conta é não um comentário à visita, mas uma reflexão sobre quais deveriam ser as relações portuguesas com os EUA, já poderei dizer alguma coisa. Em primeiro lugar, deveremos ter relações com os Estados Unidos, como deveremos ter relações com qualquer país do Mundo, e na mesma posição de dignidade que parece absolutamente essencial que a nossa diplomacia tenha, e felizmente vai tendo. Em segundo lugar não poderemos esquecer que os Estados Unidos não são um país qualquer. São uma das super-potências, uma das grandes potências mundiais, e por outro lado que nos encontramos: geograficamente situados numa posição extremamente importante para a política dos Estados Unidos. É uma fatalidade geopolítica, mas qualquer política externa portuguesa não pode ignorar a posição geográfica de Portugal, nem que os Estados Unidos são a potência dominante no Atlântico Norte, assim como a União Soviética é a potência dominante na Europa Oriental. Se nós defendermos uma política de independência nacional, deveremos procurar tanto quanto possível contrariar essa fatalidade geopolítica, mas sem nos comprometermos com decisões precipitadas, com decisões sem real apoio no plano interno, e sem alternativas no plano internacional.

A situação internacional neste momento é de abrandamento de tensões. Dentro de algumas semanas terá lugar um encontro entre o Presidente dos Estados Unidos e o Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética. Não podemos ignorar que somos um pequeno país, que luta pela sua dignidade, que deve lutar pela sua independência, adoptando uma política realista com os Estados Unidos, potência dominante nesta área.

É esta a situação ideal? É evidente que não é. É esta a situação que desejáramos a prazo? É evidente que não é. Não podemos, com posições idealistas e aventureiras, comprometer o que é fundamental neste momento: a consolidação do processo democrático em curso. Qual a redefinição das relações com os Estados Unidos, isso coloca-se já num plano mais vasto, nomeadamente das relações com a Europa, das relações com a NATO, e também das relações com o Terceiro Mundo. Para mim, é muito importante a posição relativamente ao Terceiro Mundo, mas que não deverá ser de subserviência, afinal semelhante àquela que foi adoptada no anterior regime, relativamente aos Estados Unidos.

● Afirmação e objecções

P. S. — Eu considero que a viagem do Presidente Costa Gomes foi sem dúvida um grande sucesso da política nacional, a uma escala muito vasta, numa Assembleia amplamente representativa. Recolhemos os frutos de uma longa luta, contra a guerra colonial, conduzida pelas forças democráticas e pelas massas populares. Também colhemos frutos da viragem que se verificou relativamente a um problema crucial do nosso País: o da guerra colonial, e da descolonização. Não só temos que saudar este facto, que dignifica a nossa Pátria, que dignifica o Governo Provisório, que demonstra a lucidez dos homens que neste momento deitam a responsabilidade da direcção do novo Estado existentes em Portugal. São suficientemente conhecidos os aspectos fundamentais da viagem do Presidente Costa Gomes, do acolhimento que ele encontrou na Assembleia Geral da ONU, do agrado geral provocado pelo seu discurso, e do seu significado no quadro da política externa e interna.

Sem dúvida nenhuma há uma mancha que devemos apagar: a do colonialismo, a da guerra colonial. Nós não temos hipóteses de carácter político ou económico com a dominação colonial, porque a consideramos contrária aos interesses nacionais, aos interesses do povo português; sempre a considerámos contrária ao desenvolvimento geral no nosso país. Hoje, temos de analisar as relações com os Estados Unidos no quadro da viagem do Presidente Costa Gomes. Como disse o dr. Brederode, e muito justamente, nós não sabemos quais foram os resultados dessa viagem, não os conhecemos. Podemos admitir que as conversações dos Atores entre Nixon e o General Spínola necessitassem de um esclarecimento, que pode ter sido encontrado, através das conversações com o General Costa Gomes. Podemos pensar que se tratou de rever alguns aspectos da política de relações entre Portugal e os EUA, para encontrar novas soluções mais ajustadas à realidade política nacional. São hipóteses sobre as quais, outras pessoas poderão responder melhor que nós, porque se trata de conversações que não transpuseram para a opinião pública. Outra questão é a

das relações genéricas com os Estados Unidos. Somos partidários de uma política de consistência pacífica, somos partidários das relações com todos os países, independentemente do regime existente nesses países. Nada temos a objectar quanto à continuação das relações com os Estados Unidos. Desejamos que elas prossigam, pensamos que elas podem ser úteis, não só à causa dos dois povos, mas também à causa da paz no mundo inteiro. Há sem dúvida alguma objecção que queremos formular: não desejamos que o nosso país não seja exemplo de aventura de guerra, nós desejamos que o território nacional seja respeitado como território soberano e uma zona de paz, desejamos que se prosiga a política do actual governo provisório, de relações normais com todos os países, de reforço dessas relações. Elas correspondem aos interesses do povo português, e ao desen-

volvimento democrático do nosso país.

As relações com os Estados Unidos, como com os outros países devem ser desenvolvidas no quadro de uma política de paz, de defesa da independência nacional, de cooperação pacífica que tenha em conta o respeito pela integridade territorial, e pelo regime existente no nosso País. Trata-se de um regime criado por uma luta que vem de há longos anos, peçados de sacrifícios, em que as massas populares, as forças democráticas, o M. F. A. tiveram um papel decisivo. Quando os países com responsabilidade internacional compreendem este ponto de vista e respeitam a nova política nacional, nós podemos dizer que registamos com agrado o reforço das relações com esses países, quer sejam os Estados Unidos, quer sejam outras nações, que em circunstâncias várias foram sustentáculos do regime fascista.

● Até 28 de Setembro fluuava a política externa

J. C. — Quanto à viagem do Presidente da República Portuguesa, General Costa Gomes, eu creio que tudo já foi dito. Foi um imenso sucesso, uma cristalização do imenso capital de simpatia, de que Portugal hoje beneficia nas Nações Unidas, por virtude da sua política de descolonização. Devo dizer que não me admirou. Acompanhei a viagem que tinha feito o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares às Nações Unidas e constatei já esse capital de simpatia. O mundo internacional é feito de vênias sucessivas ao protocolo e, quando do seu discurso, contrariamente à prática internacional, levantaram-se os chefes das delegações, e foi um desfile de apertos de mão e abraços. Não porque se tratasse, claro está, desta ou daquela pessoa, mas porque simbolizava o País, o 25 de Abril e uma nova política internacional.

Com o Presidente da República, houve o mesmo tipo de manifestações. Desta vez até mais significativas, na medida em que era o mais alto responsável da política exterior, tal é a posição constitucional, que se apresentava às Nações Unidas. Se bem que eu não esteja aqui como representante do Governo, nem mesmo como

membro do Partido Socialista, devo declarar que o discurso do Presidente da República foi um acto de uma extrema importância não só pelo seu conteúdo, mas também pelas linhas directivas que ele marcou em política internacional. Até à escolha de actual Presidente da República, devo reconhecer que a nossa política internacional não tinha umas linhas claras e todos os dias havia problemas de definição da nossa atitude no que respeita a este ou aquele problema internacional. Hoje, estudando esse discurso, encontro sempre resposta aos problemas concretos que temos de enfrentar todos os dias no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado é uma intervenção de uma alta dignidade, porque ao contrário do regime fascista precedente, Portugal apresenta-se com a sua verdadeira face no seio da comunidade internacional, que é a de país em vias de desenvolvimento, país que necessita da ajuda e da amizade de todos os povos. Isto tem consequências políticas e económicas enormes, porque podemos beneficiar de um apelo com obrigações diferentes das que nós impomos a um país industrializado.

• Explicar o 28 de Setembro

Quanto à visita que o nosso Presidente da República, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Presidente dos Estados Unidos e ao Secretário de Estado Kissinger, é uma visita absolutamente normal,

na medida em que se encontravam em território norte-americano, e também não devemos esquecer — devemos mesmo sublinhá-lo — houve em 28 de Setembro em Portugal. Esse 28 de Setembro nem sempre foi bem compreendido na

comunidade internacional. Começou-se a afirmar que Portugal ia directamente para um regime de tipo comunista, isto associado a certos factos da política interna. E era necessário explicar a situação real do país ao responsável

essencial do que se chama mundo ocidental. Os contactos pessoais são importantes, o diálogo é livre, pode-se explicar um certo número de coisas, de realidades que publicamente não o podem ser, e é



por isso — imagino — que os contactos foram essenciais para o equilíbrio da nossa política interna. Por outro lado, essa viagem

não tem um significado político determinado, já que ao mesmo tempo, delegações do nosso governo iam visitar outros países, que

se encontravam no hemisfério político oposto. Portanto, enquadra-se perfeitamente nessa política de independência nacional.

PORTUGAL-EUA DAS BOAS RELAÇÕES À CIA

Onde se fala da CIA

EXPR. — Hoje agora um novo elemento introduzido no debate que parece importante, — o 28 de Setembro — e poderá ser tido, de facto, além de outros factores já aqui apresentados, um papel importante na visita do presidente Costa Gomes aos EUA. O Pedro Ramos de Almeida quer dizer alguma coisa...

P. R. A. — Primeiro queria fazer uma observação em geral. E depois queria focar um problema importante que tem estado suscitado neste debate.

Parece haver um acordo geral de que a viagem do Presidente Costa Gomes aos Estados Unidos consagra realmente que nós passámos uma página da nossa História, e as novas possibilidades que existem em relação ao nosso país. E em pouco a consagração no plano Internacional de 25 de Abril e, realmente, de 28 de Setembro. O acolhimento na ONU e o discurso

nela feito são a demonstração de algumas vitórias irreversíveis da democracia em Portugal e a demonstração de que para trás já não se anda nesse plano, designadamente no que toca à batalha anti-colonialista e no que toca à descolonização. Isto creio que é uma vitória histórica do povo português e que importa ser salientada como tal. Não é uma visita qualquer, é uma visita histórica, que consagra todo o esforço do povo português e dos povos coloniais, consagração que já tinha também verificado com a entrada da Guiné-Bissau à própria ONU.

Mas creio que, por outro lado, consagra, o realismo da política externa portuguesa, o saber onde pôr os pés, o saber os novos amigos que se tem, dentro da procura dos caminhos democráticos em que nos encontramos. No respeitante aos encontros com os Estados Unidos,

esse realismo da parte portuguesa é notório. Mas já agora devemos dizer que, havendo realismo da parte portuguesa, seria de desejar que também houvesse realismo da parte americana. E sabido que Portugal, não tem sido um dos países que, na esfera da especialidade dos Estados Unidos não tem deixado de intervir. E creio que um dos problemas, quando se fala de relações externas, é também o de referir a CIA. Portugal não é um país novo para a CIA. E visto-lo no 28 de Setembro, vimos-lo em Fevereiro de 1965, com o assassinato do General Humberto Delgado. Entre os quatro inspectores que participaram no morte do General Humberto Delgado, um deles admitiu ser agente da CIA, já tendo participado em acções de espionagem na União Soviética. Chamou-se Ernesto Lopes, ou seja era aquele senhor que se fazia passar por

Ernesto de Castro e Sousa e, que é estranho como o sr. Mário de Carvalho e como armadilha. A CIA é realmente uma coisa trágica, dentro da situação portuguesa... Portanto, esse mesmo realismo não pode existir só da parte de Portugal, é a posição portuguesa tem de ser realista ao sentido de demonstrar que o que pretende é a democracia, mas tem que ser realista exigindo também que haja compreensão dos interesses democráticos do povo português, do seu direito à independência nacional. E a acusação de uma acção nova para que não haja intervenções no nosso País, é uma nova acção que quero lançar para o debate, a ver o que dá...

Saneamento do MNE: duas posições

Não saneamento

Um outro aspecto ainda que não referi na primeira vez, mas gostaria de referir agora, e que tem a ver com o problema da ONU, é a questão do saneamento. É que a ONU temha um pouco a questão do saneamento, dado a situação do prof. Veiga Simão. É uma questão desagradável. Mas faz parte das nossas obrigações e sermos desagradados durante estes debates. Mas essa é a questão do prof. Veiga Simão e a outra é ainda a de hierarquização do saneamento ou do fracionamento saneamento que se tem verificado no serviço diplomático e nos serviços consular.

Eu devo dizer que as Jornadas Democráticas, onde recentemente estivemos presentes, amigos emigrantes de muitos pontos do mundo discutiram e preocuparam-se com este tema.

Aquião que me parece fundamental é que estamos todos a falar numa política externa portuguesa e por vezes não pensamos nos seus aspectos mais directos. Não pode haver uma política externa portuguesa, democrática, de independência nacional, de paz, de descolonização, lutas com os mesmos homens que ficaram exactamente o contrário. Ou não aproveitamos muito o momento e tentamos a fazer uma política que não fundo era contra aquilo que pensamos, ou na realidade eles não aproveitamos e estão exactamente a fazer o contrário. Ou melhor se por enquanto não o fazem, mas a sua vontade é fazê-lo. Tal como o não se pode contra dizer: não se pode fazer um Estado Democrático com fascistas. Foi da mesma maneira não se pode fazer uma política de independência nacional com homens que são exactamente a fazer o contrário, e monopólio, etc. O que me parece extremamente necessário, quando se fala em saneamento é que esse saneamento seja aplicado imediatamente no Ministério das Negociações Estrangeiras. As questões são imensas. Em muitos casos apenas se segue um homem que entrava sem lado para o pôr no outro. Pessoas que não dão garantias de democracia e continuam nos seus lugares. Isto já não me parece realismo. O realismo significa a arte de avançar com os pés na terra. Outra questão já é adaptada a certas realidades ou proferir certas realidades por novas situações. Isto não é realismo. É outra questão. É ficar aquiescente das possibilidades.

Contra a demagogia

J. C. — Há aqui afirmações que considero altamente graves. Eu quero repetir um certo número de pontos sobre a intervenção que acabam de ouvir. Eu considero a efectiva em relação ao actual Ministro das Negociações Estrangeiras, considero a efectiva em relação ao actual Secretário de Estado das Negociações Estrangeiras, que não tem um a outro não democrático do 26 de Abril, e que há muitos anos lutam consequentemente contra o fascismo, contra a ditadura, e pelo estabelecimento em Portugal de um regime realmente democrático, onde a povo português possa escolher entre Partidos que se definem realmente na base de um programa sólido e claro, e não na base de Movimentos ideológicos.

Isto repete essencial. Mas, a intervenção que acaba de ouvir, considero a altamente grave para o Governo Provisório da República Portuguesa, e mais ainda para o Senhor Presidente da República, cuja intervenção é absolutamente necessária para a designação dos Embaixadores e para designação de certos diplomatas. Para pôr o nome na lista e na constituição que, acaba de levantar, se o prof. Veiga Simão está nas Nações Unidas é porque o Presidente da República, o Governo Provisório da República Portuguesa, e porque o Ministro das Negociações Estrangeiras e o Secretário de Estado das Negociações Estrangeiras designaram que estão feitos. A questão do saneamento dos consulatos e embaixadas portuguesas — é verdade — é pedida e levantada que muitos gostariam de uma realidade. Inconstrutiva. Mas, no Ministério das Negociações Estrangeiras, a partida de uma dezena de embaixadores, a mobilização de perto de 150 diplomatas de carreira, levaram o novo Ministério a ser das instituições mais saneadas do nosso país. Não se pode dizer, portanto, que os serviços diplomáticos e consulares, deviam continuar a funcionar para que os nossos emigrantes pudessem regressar ao nosso país durante o Verão, e sobretudo para se continuar a dar um apoio similitudo — mesmo modesto — a os nossos emigrantes.

E um terreno onde a demagogia é fácil. Temos um 1/10 da população em França, e temos uma assiduidade em Paris onde hoje há um responsável altamente democrático, mesmo que concordado com os meios pessoais de que se beneficiam do Registo Civil de Paris. É uma demagogia enorme estabelecer-se que poderemos fazer igualmente todo um Conselho, quando praticamente se tem uma representação influente mais larga do que a Conservatória do Registo Civil de Paris. Mas essa demagogia tem um objectivo. É esse objectivo a política. É comprometer a imagem de um combatente anti-fascista, de um socialista, que se chama Mário Soares. Aqui está a razão de ser desses insultos para o saneamento democrático.

Convergência

N. B. S. — Quería dizer só o seguinte: este ponto que deu esta certa luta fora das normas esperadas, envolve a questão do saneamento.

de uma certa forma de administrar perduram no tempo, e, efectivamente, o povo português não se vê ainda oportunidade para debater as regras a que deve obedecer um saneamento. O que eu gostaria é que isto não se significasse, e que todos nós tivéssemos uma palavra a dizer sobre qual são os critérios e qual é a necessidade de sanear profundamente as estruturas do Estado Português.

No fundo, não entrará em causa o saneamento dentro ou daquele Ministério. Está em causa que o saneamento após o 25 de Abril, foi feito sem o critério uniforme, sujeito a debate público, durante muito tempo, e no momento em que surgiu, feito de acordo com o critério uniforme, isto é o que me parece que se tem a começar agora, ainda assim, os hábitos de secretismo, os hábitos burocráticos

J. C. — Eu creio que teve razão ao sublinhar essas diferentes pontas, à questão do saneamento foi simplesmente discutida, um Conselho de Ministros, os serviços e os órgãos de saneamento foram largamente discutidos em Conselho de Ministros. E é essa base que eu concordo com os

comentários que acaba de fazer.

F. R. M. — O grande problema não está entre as Forças Democráticas, em divergirem por isto ou por aquilo. As divergências entre as Forças Democráticas, como lá se, serão sempre questões de linha capital, no que toca ao combate à reacção. O grande problema está em assegurar as bases, para que a reacção não tenha bases. Quando eu lavo o problema de representação diplomática e consular portuguesa não é para criticar como é construída, ou para denegrir os aspectos positivos que possa apresentar. Aquilo que me parece que é central, é que não em todos os pontos se está à a ajuda mútua que nos podemos dar através atentos a uma grande tarefa: definirmos critérios, organizarmos um grande debate popular, equilibrado, regras, mas, sobretudo, não perçamos de vista o objectivo da destruição do Estado fascista, para que ele não mais

exista na nossa terra. E isto é central. Porque a reacção tem ainda hoje posições dentro do Estado Português. E não sabemos quais. Não se trata só do Ministério das Negociações Estrangeiras. Daí a gravidade ainda

maior. Toda a situação, a cooperação dentro desta tarefa é fundamental. Trata-se de uma tarefa para todos nós, que temos que levá-la por diante até ao fim, quaisquer que sejam as nossas divergências.

J. C. — Pois muito bem, dado que acordo o debate, eu estou agora de acordo com o que acaba de dizer. Não é só o Ministério das Negociações Estrangeiras, são todos os Ministérios. É o sistema todo. Nessa luta encontramos nos todos do mesmo lado da barricada.